

REFORMA NA PREVIDÊNCIA

Idade mínima para nova aposentadoria

União vai propor uma "fórmula móvel" para que os valores de 35/95 sejam elevados à medida que a população envelhecer

BRASÍLIA

O governo está decidido a emplacar a adoção da idade mínima para aposentadoria durante as discussões do mecanismo que irá substituir o fator previdenciário.

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, afirmou ontem que a simples adoção da chamada regra 85/95 – soma da idade e do período de contribuição de mulheres e homens, respectivamente – não compensaria totalmente o fim do fator, que dará neste ano uma economia de R\$ 10 bilhões para a Previdência.

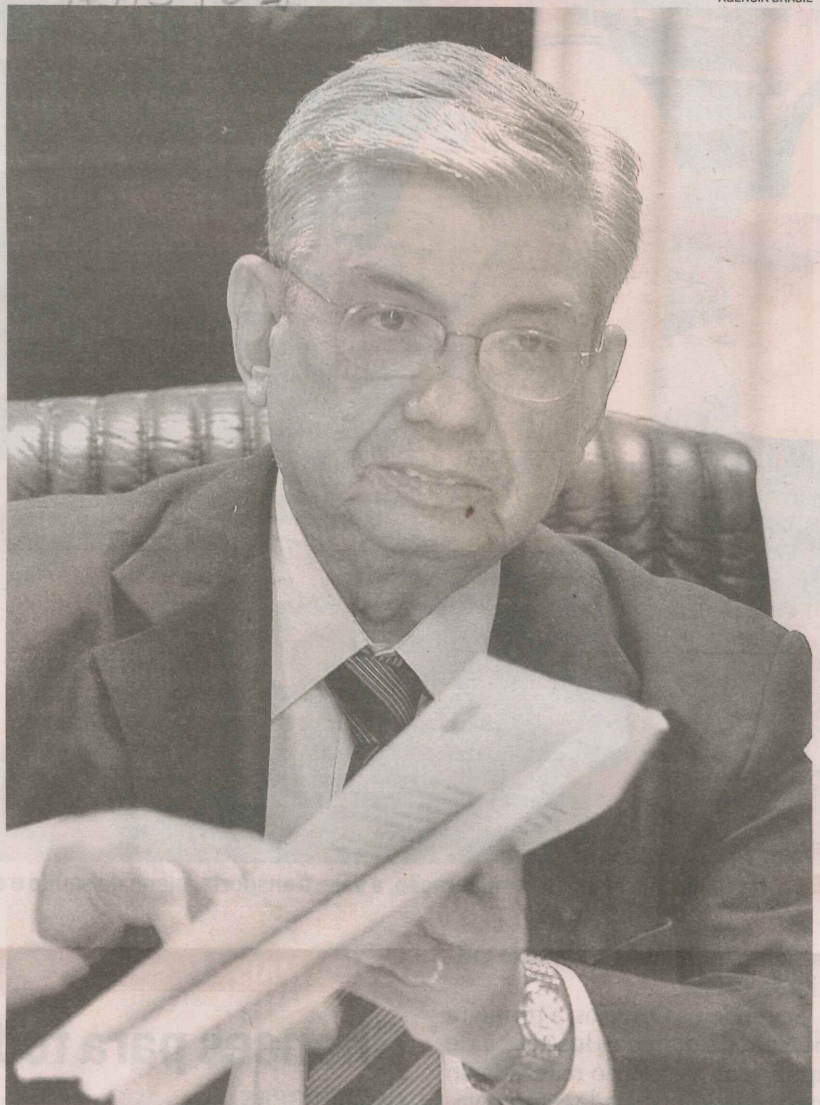
Por isso, o governo estuda propor a instituição da idade mínima e também uma "fórmula móvel" para que os valores de 85/95 sejam elevados à medida que a população brasileira for envelhecendo.

A urgência do governo em fechar uma proposta se deve à decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), de tentar votar um projeto que acaba com o fator previdenciário, mecanismo usado para definir o valor do benefício que leva em conta o tempo de contribuição, a idade e a expectativa de vida do trabalhador.

MAIS TRABALHO

O fator obriga o trabalhador a ficar mais tempo na ativa para conseguir o benefício integral.

Os deputados querem votar o projeto que troca o fator pela regra



GARIBALDI ALVES FILHO: mudanças devem ser votadas no próximo mês

que define aposentadoria pelo teto para trabalhadores cuja soma da idade e do tempo trabalhado chegar a 85 anos, no caso de mulheres, e 95 anos, nos homens. Não há previsão, no entanto, de correção desses valores no futuro.

A chamada regra do 85/95 tem o apoio das centrais sindicais. A mudança é benéfica, principalmente, para as mulheres, que podem se aposentar com benefício 40% maior. No caso dos homens, o au-

mento é de 15%.

O ministro Garibaldi Alves disse ainda que a proposta do governo está em fase "embrionária e técnica", mas que apresentará aos líderes do governo no Congresso cálculos sobre o impacto dessas medidas na reunião marcada para a próxima terça.

A expectativa é que seja possível votar a mudança no próximo mês, após o recesso parlamentar e antes das eleições.